

A Trajetória do Pensamento Econômico de Karl Marx

The History of Karl Marx's Economic Thought

INEZ ROCHA ZACARIAS¹

Resumo: A construção do pensamento científico de Karl Marx está assentada nas grandes transformações societárias ocorridas no século XVIII, a partir da revolução industrial, das mudanças do modo de produção dominante e das erupções políticas revolucionárias que marcaram o Velho Continente, notadamente na Inglaterra e na França. A natureza do materialismo histórico-dialético só pode ser explicada pelas influências advindas da filosofia hegeliana, do socialismo utópico francês e da economia clássica inglesa. Estas escolas do pensamento, predominantes num período pós-Revolução Burguesa, foram objetos de estudo incansável de Marx, sendo dessa forma fundamentais para compreender a formação do pensamento desse autor. Esse artigo está centrado no seu pensamento econômico, para o qual a Escola Clássica foi fundamental. É reconhecido que o grande estímulo que provocou Marx a percorrer o caminho dos estudos econômicos foi a sua sensibilidade com os problemas gerados pela questão social, já demasiadamente manifestos nos seus primeiros escritos, enquanto jornalista da Gazeta Renana. Contudo, foram os clássicos da economia inglesa que, somados ao contexto econômico-social que se formava principalmente no país que serviu de berço para ascensão do capitalismo – a Inglaterra – que lhe forneceram os subsídios necessários para a construção da sua crítica da economia política, que culminou na sua principal obra, *O Capital*, publicada em 1867, considerada até os dias atuais umas das mais importantes obras econômicas de todos os tempos.

Palavras-chaves: Karl Marx. Crítica da economia política. *O Capital*.

Abstract: The evolution of Karl Marx's scientific thinking is linked to the deep transformations in the society during the eighteenth century, starting from the industrial revolution, the changes in the dominant mode of production and the revolutionary political eruptions that marked the Old Continent, especially in England and France. The nature of historical and dialectical materialism can only be explained by the influences arising from the Hegelian philosophy, the French utopian socialism and English classical economics. These schools of thought prevailed in the post- Bourgeois Revolution period and were untiringly studied by Marx. They are, therefore, crucial to understand the thinking of the author. This article is

¹ PPG-Serviço Social - PUCRS. E-mail: inezpoa@yahoo.com.br[^].

focused on his economic thought, to which the Classical School was key. It is widely known that the great stimulus that led Marx to his economic studies was his sensitivity to the social problems, as demonstrated in his early writings, as a journalist of the Rhenish Gazette. However, were the classics of the British economy, added to the economic and social context of England – the country that was the cradle for the rise of capitalism - which provided the necessary support for the construction of his political economy critique, which culminated in his major work, the Capital, published in 1867, considered to this day one of the most important work on economics of all time.

Keywords: Karl Marx. Critique of Political Economy. The capital.

INTRODUÇÃO

A crítica da economia política elaborada por Karl Marx é expressão do período histórico vivido por este autor sob as influências do pensamento filosófico, político e econômico, que se conformava sob as bases da ascensão da burguesia enquanto classe dominante durante o século XVIII. É importante pressupor três elementos fundamentais, que compõem o conjunto do trabalho teórico-científico marxiano, de modo totalmente indissociáveis, pois marcam a universalidade deste pensamento: a filosofia alemã, representada principalmente na figura de Friedrich Hegel, a economia inglesa sob a influência dos economistas clássicos Adam Smith e David Ricardo e, por fim, o socialismo utópico dos franceses, defendido por Charles Fourier, Sant Simon e pelos revolucionários jacobinos.

Não foram somente as principais correntes do pensamento dos séculos XVIII que fundamentaram a aprofunda pesquisa de Marx sobre a economia burguesa. O contexto inglês, onde a grande indústria capitalista estava funcionando a todo vapor, serviu de importante elemento empírico. A Inglaterra apresentava, mais do que em qualquer outro país, um capitalismo desenvolvido e de igual modo, uma luta de classes em um nível elevado se comparado com outros países europeus.

A evolução do pensamento marxiano se desenvolveu de modo dialético. Foi uma superação das suas fontes, não uma mera continuidade. Marx conseguiu realizar um salto em relação à produção científica dos autores que influenciaram a sua trajetória. Na sua juventude, seus primeiros escritos sob a influência hegeliana, logo deram lugar a uma ruptura com o idealismo da dialética de Hegel. O mesmo ocorreu com Feuerbach, ao qual Marx teceu duras críticas nas **Teses contra Feuerbach** de 1845,

considerando incorreta a apreciação do mundo sensível a partir somente da sua forma intuitiva e de negação do seu elemento fundamental, a saber, o movimento do real, ou seja, Marx criticou o materialismo feuerbachiano por este ignorar a essência prática da vida social. (MARX, 1978).

Da mesma forma, ocorreu em relação à escola clássica da economia inglesa. Questões relativas ao trabalho, ao valor e ao dinheiro foram abundantemente trabalhadas pelos maiores representantes da economia clássica: Adam Smith e David Ricardo. A unilateralidade e os limites da elaboração da escola de Smith e Ricardo foram apontados por Marx em sua crítica à economia política tradicional. (LEFEBVRE, 1966).

DO JORNALISMO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

Os estudos de Marx sobre a economia política perpassaram quase toda a sua vida, sendo que o interesse por este tema surgiu primeiro da sua atuação como jornalista no jornal *Rheinische Zeitung*². Entre 1842 e 1843, enquanto redator desse jornal, Marx foi chamado a dar sua opinião sobre a lei anti-furto de lenhas nas florestas, assim como sobre a propriedade imobiliária na província renana, legislações relacionadas aos cercamentos de propriedades que até então eram de uso coletivo. Ainda que o raciocínio de Marx nesse período ainda estivesse mais baseado em um sentimento de justiça do que subsidiado por conhecimentos sobre a economia, seus artigos jornalísticos já mostravam uma preocupação a favor das massas despossuídas. Seus artigos para a *Gazeta Renana* apresentavam um conteúdo de defesa aos direitos sociais usuais dos pobres, como por exemplo, o direito à coleta de madeira, item fundamental para a sobrevivência da população. (MEHRING, 2013). Foi uma clara demonstração de oposição a uma legislação pró-propriedade privada que se desenvolvia, enquanto que a propriedade comum da terra se esvaía junto ao feudalismo.

Foi nesse período que Marx, como o próprio relatou no Prefácio do livro **Contribuição à crítica da economia política**, sentiu pela primeira vez a necessidade de se ocupar das questões econômicas, devido à exigência de

² *Gazeta Renana*

expressar opiniões mais fundamentadas sobre os chamados interesses materiais.

“Em 1842-1843, na qualidade de redator da Rheinische Zeitung, encontrei-me pela primeira vez na obrigação embaraçosa de dar a minha opinião sobre o que é costume chamar-se os interesses materiais. As deliberações do Landtag renano sobre os roubos de lenha e a divisão da propriedade imobiliária, a polêmica oficial que o Sr. Von Scharper, então primeiro presidente da província renana, sustentou com a Rheinische Zeitung sobre a situação dos camponeses do Mosela e, finalmente, os debates sobre o livre comércio e o protecionismo, forneceram-me as primeiras razões para me ocupar das questões econômicas.” (MARX, 2003, p. 4).

No fim de 1843, Engels apresenta à Marx um texto de sua autoria onde expõe a sua primeira ambientação com a economia inglesa: **Esboço de uma crítica da economia política**. Neste texto, Engels faz uma crítica ao liberalismo econômico e à doutrina de Adam Smith, de David Ricardo e de McCulloch, onde usa como subsídio para seu contraponto, a realidade econômica da Inglaterra industrial, país onde vivia e administrava uma fábrica de algodão. Este cenário onde avançava o capitalismo industrial serviu de matéria-prima para Engels escrever este e outros ensaios. Esse esboço, apesar de ser objeto de críticas por apresentar alguns argumentos frágeis sobre a questão do valor, representa a primeira aproximação consistente da dupla Engels/Marx à economia política, já se destacando pela crítica que germinava contra a propriedade privada e, conseqüentemente ao capitalismo.

“Engels opera a junção da crítica da propriedade privada, que ocupou os dois futuros amigos durante dois anos, e a crítica do capitalismo que os ocupará o resto dos seus dias, afirmando que a divisão entre o Capital e o Trabalho resulta inevitavelmente da propriedade privada, e que essa divisão conduz à divisão da sociedade burguesa em classes antagonistas, à divisão da humanidade em capitalistas e em operários.” (MANDEL, 1980, p. 23).

Além disso, Engels expõe sua simpatia pelas ideias socialistas, principalmente o socialismo francês que serve de inspiração para a elaboração desse trabalho. Essa aproximação ao socialismo se expressa quando defende como solução a abolição da propriedade privada para os problemas resultantes da concorrência que perpassa o capital, o trabalho e

a propriedade territorial. O trecho que segue ajuda a demonstrar o interesse de Engels pelo socialismo nessa produção:

“En esta lucha siempre gana el más fuerte. (...) A primera vista, la tierra y el capital son más poderosos que el trabajo, porque el obrero debe trabajar para vivir y, em cambio, el terrateniente puede vivir de su renta y el capitalista de los intereses que percibe. (...) Ninguna ley, ningún intento de separar la propiedad territorial de la industrial pueden detener este processo. A menos que se modifiquem totalmente las actuales condiciones fusionando los intereses opuestos y aboliendo la propiedad privada, el proceso continuará.” (ENGELS, 1969, p. 176-177).

É consenso que este trabalho irá influenciar Marx na condução dos seus estudos econômicos, tendo em vista os temas que Engels aborda no mesmo e que Marx seguirá aprofundando em futuras produções. Por conseguinte, Ernest Mandel (1980) destaca ser importante atentar-se ao interesse de Marx pela questão social. Nos primeiros artigos ainda jornalísticos, Marx se postula como um adversário da propriedade privada, atribuindo a esta a origem das injustiças, fundamentando-se em uma crítica teórica do direito e do Estado burguês que se formava. Desse modo, rompe com a concepção idealista de Hegel sobre o Estado:

“Isto é, que desde que ele aborda um problema político coerente, a nova legislação sobre o roubo da madeira, ele se choca com o problema das classes sociais: o Estado, que deveria ser a encarnação do “interesse geral”, parece agir no interesse somente da propriedade privada, e, para assim fazer, viola não somente a lógica do direito, mas ainda princípios humanos evidentes.” (MANDEL, 1980, p. 5).

Seus artigos jornalísticos ainda não tinham subsídios econômicos mais elaborados, posto que Marx ainda não havia adentrado nos estudos mais profundos sobre a economia política, atividade que logo ocuparia os seus dias até o fim de sua vida. Contudo, essa aproximação com os problemas enfrentados pelos mais pobres faz de Marx um adversário da propriedade privada, buscando resolver estes problemas através do estudo de Rousseau, de Montesquieu, de Maquiavel e, sobretudo, dos historiadores da Revolução Francesa que farão de Marx um profundo conhecedor dos jacobinos e do socialismo francês. Para Mandel, é difícil determinar o fator decisivo para a evolução do pensamento marxiano em direção à economia política. A

hipótese é que há um conjunto influências que partem principalmente do clima global causado pela Revolução Francesa e pelas ideias progressistas que dela geraram, somada à atividade de diversos grupos socialistas que se alastraram a partir de então. Além do mais, soma-se a isso o convívio com a realidade da classe operária e sua condição de vida que Marx passa a atentar-se. (MANDEL, 1980).

Ademais, a leitura do Esboço revelou à Marx que a crítica da filosofia política de Hegel não era suficiente para criar uma teoria radical da sociedade, a partir de uma simples negação do Estado, capaz de fazer a classe operária tomar consciência da necessidade de uma revolução social. É para encontrar respostas para estas perguntas que Marx então se debruça sobre as obras econômicas, a fim de conhecer a anatomia da sociedade burguesa. (MANDEL, 1980).

Sob a perspectiva do materialismo histórico, Marx elabora críticas à escola clássica econômica. Para Marx, a economia deveria ser estudada sob uma perspectiva histórica, algo até então ignorado. Para os economistas clássicos, as leis econômicas eram tidas como naturais e eternas, algo condizente com a sua postura de apoio incontestado ao ideário burguês. Ou ainda, como se refere Lefebvre (1966), estes economistas entendiam as leis econômicas como imutáveis, e não como leis da transformação, sendo externas ao tempo. Por não enxergarem as contradições das formações econômicas e sociais, “Assim, o pensamento desses ideólogos passa insensivelmente (...) do estudo dos factos à apologia pura e simples da sociedade burguesa.” (LEFEBVRE, 1966, p. 235).

Para a teoria do valor de David Ricardo, a produção de valores é produto do trabalho. Nas mãos de Marx, essa teoria passou por uma trajetória de rejeição, adesão e superação. (COUTINHO, 1997). A superação da teoria ricardiana somente ocorre quando Marx passa a perceber os conceitos econômicos sob o ponto de vista da dialética materialista. A influência do materialismo histórico nas análises econômicas fica bastante clara em uma passagem dos **Manuscritos econômicos e filosóficos**:

“A economia política parte do facto da propriedade privada. Não o explica. Concebe o processo material da propriedade privada, como ele ocorre na realidade, em fórmulas gerais e abstractas, que em seguida lhe servem

de leis. Não compreende tais leis, isto é, não demonstra como elas derivam da essência da propriedade privada. A economia política não fornece qualquer explicação sobre o fundamento da divisão do trabalho e do capital e da terra. (...) A economia política nada nos diz sobre até que ponto estas condições exteriores, aparentemente acidentais, são apenas a expressão de um desenvolvimento necessário.” (MARX, 1963, p.157-158).

Para Coutinho (1997), a crítica de Marx a estes economistas está acompanhada de uma nova concepção de homem e de história. Marx considerava que estes economistas ignoravam a tensão existente entre a classe trabalhadora e a classe burguesa, grupos sociais antagônicos, devido ao estágio alcançado pelas forças produtivas. Os princípios prevalentes da sociedade burguesa eram por estes transformados em leis naturais e analisados fora do contexto social. Por conseguinte, a naturalização dos homens e das relações sociais sob o ponto de vista da Escola Clássica perdia o seu devir histórico.

“Dizendo que as relações atuais – as relações da produção burguesa – são naturais, os economistas dão a entender que é nestas relações que a riqueza se cria e as forças produtivas se desenvolvem segundo as leis da natureza. Portanto, estas relações são, elas mesmas, leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem, sempre, reger a sociedade. Assim, houve história, mas já não há mais.” (MARX, 1982, p. 115).

Antes da obra **O Capital**, outros livros e escritos deste autor demonstram a trajetória de evolução do seu pensamento econômico, sempre apoiado tanto por produções conjuntas, quanto por críticas do seu amigo Friedrich Engels: **Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844**, **A Sagrada Família (1945)**, **A Ideologia Alemã (1945-6)**, **Miséria da Filosofia (1847)**, **Princípios Básicos do Comunismo (1947)**, **O Manifesto do Partido Comunista (1848)**, **Trabalho Assalariado e Capital (1849)**, entre outros. Esses três primeiros textos de Marx compõe o que Mandel (1980) denomina como a primeira etapa do que constitui o seu pensamento econômico. Nestas obras, já são abordados conceitos econômicos e filosóficos de extrema relevância, que continuarão marcando presença nos textos seguintes de modo mais aprofundado, revelando o movimento dialético do seu pensamento. O salário, o lucro, a renda fundiária, o trabalho alienado sob a relação da propriedade privada, a propriedade

privada em relação ao comunismo, a questão das necessidades, a produção e a divisão do trabalho, assim como o dinheiro e a teoria do valor-trabalho são conteúdos trabalhados nesses textos.

As demais obras, onde se inclui a **Princípios básicos do comunismo**, escrito até onde se sabe em sua integralidade por Engels, dão conta de um avanço na visão sobre o funcionamento da sociedade capitalista, onde “(...) contém uma primeira análise crítica de conjunto do modo de produção capitalista.” (MANDEL, 1980, p. 54). Marx e Engels avançaram no que concernem as leis que propiciaram o surgimento do capitalismo, considerando os seus méritos históricos, o seu caráter revolucionário dado a grande transformação das forças produtivas. Além disso, a luta de classes passa a ser analisada sob uma perspectiva científica, ou seja, do materialismo histórico. Entretanto, estas elaborações econômicas de Marx e Engels ainda não apresentam uma das descobertas mais importantes desses autores: o conceito de mais-valia. Este problema só será resolvido nos trabalhos seguintes que, ainda seguindo Ernest Mandel (1980), se constituem no trabalho preparatório para o **O Capital: a Contribuição à crítica da economia política** e os **Grundrisse**.

A **Contribuição à crítica da economia política** apresenta um aperfeiçoamento da teoria do valor-trabalho a partir da economia clássica, representada nesta obra especialmente por Adam Smith, David Ricardo, Boisguillebert, James Steuart e William Petty, economistas que já vinham sendo objeto de estudo de Marx. A teoria do valor-trabalho dá um salto nesta obra, pois conceitos como o duplo caráter do trabalho (trabalho concreto e trabalho abstrato), o tempo de trabalho socialmente necessário, as duas formas de valor (de uso e de troca) ambas fundidas no duplo caráter do trabalho, estão detalhadas na **Contribuição**, demonstrando o esforço de Marx em decifrar a economia burguesa. Além disso, o desenvolvimento do seu raciocínio econômico o leva a dissecar a forma mais elementar de riqueza na sociedade burguesa: a mercadoria. (MARX, 2003). Desse elemento mais simples, Marx desenvolve o seu método de exposição, fazendo brotar dessa simples categoria, categorias mais complexas, como por exemplo, as duas formas do valor, o duplo caráter do trabalho, a alienação, o dinheiro como equivalente geral, entre outros conceitos.

A ANÁLISE DO CAPITAL

Foi uma leitura dialética da economia que proporcionou à Marx a elaboração de sua crítica à economia política, propiciando a superação de conceitos que, do ponto de vista da Escola Clássica, refletiam abstratamente as leis da economia burguesa, que ignoravam o movimento e as contradições predominantes desse modo de produção. (COUTINHO, 1997). Para Marx, esses economistas não conseguiram se apropriar da dinâmica da sociedade burguesa, ou seja, não conseguiram transcender suas análises, que se situavam exclusivamente na produção econômica, para a reprodução nas relações sociais, para a estrutura social de exploração entre classes que se estabelecia a partir desse modo de produção.

“A crítica marxiana à Economia Política não significou a negação teórica dos clássicos; significou a sua **superação**, incorporando a suas conquistas, mostrando os seus limites e desconstruindo os seus equívocos. Antes de mais, Marx *historicizou* as categorias manejadas pelos clássicos, rompendo com a naturalização que as pressupunha como eternas; e pôde fazê-lo porque empregou na sua análise um método novo (o método *crítico-dialético*, conhecido como *materialismo histórico*).” (NETTO, 2007, p.25).³

Entretanto, é David Ricardo que aprofunda a determinação do valor da mercadoria a partir do tempo de trabalho e como esta regula igualmente as relações de produção na sociedade burguesa. (2003). Marx, contestando a forma natural e estratificada como estes economistas tratavam as leis da economia burguesa, avançou na teoria do valor em diversos aspectos: formulou sobre o duplo caráter do trabalho e sobre a divisão entre o capital constante e o capital variável, assim como, sobre a diferença entre trabalho e força de trabalho, e como derivação disso, descobriu a mais-valia. Por fim, vislumbrou o fenômeno da alienação a partir da separação entre o trabalhador e seus produtos e meios de produção.

Marx, para explicar a sua teoria do valor, inicia pelo o que ele considera ser a célula embrionária do capital: a mercadoria. Assim, através do seu método de exposição, faz derivar desse elementar objeto todo o seu processo de análise de funcionamento do capitalismo. Para Marx, no modo

³ Palavras destacadas pelo autor da obra.

de produção capitalista, a riqueza das sociedades é constituída por uma “imensa acumulação de mercadorias”. (MARX, 2003, p.11). Nesse sentido, as mercadorias são, antes de qualquer coisa, objetos externos, com suas propriedades próprias, voltadas a satisfazerem necessidades humanas, sejam estas para consumo próprio ou para uso no meio de produção. (MARX, 2011).

Neste momento, Marx destaca que as mercadorias possuem duplo valor: um valor-de-uso e um valor-de-troca. No que se refere às propriedades materiais dessa mercadoria, independentemente da quantidade de trabalho que a mesma carrega, faz desta um valor de uso. Outra característica do valor de uso é ser um veículo material para o valor de troca. Além disso, “O valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela.” (MARX, 2011, p.58). O valor-de-troca está atrelado a uma relação de quantidades de valores-de-uso que se estabelece em um processo de troca. Por isso, Marx caracteriza o valor-de-troca como “(...) algo casual e puramente relativo (...)” (IDEM, p.58), pois este valor somente se revela nesse processo de permuta entre mercadorias de grandezas de valores iguais.

Contudo, o que determina que mercadorias com propriedades diferentes possam ser trocadas? O que há em comum entre mercadorias, que não sejam as suas características físicas? Marx explica que, a única propriedade passível de comparação entre duas mercadorias diferentes é que ambas são produtos do trabalho. Aqui, Marx realiza um salto a partir na teoria do valor, partindo do que já havia sido desenvolvido pela Escola Clássica, ao conceituar sobre o duplo caráter do trabalho. Ele explica que ao desaparecer as características físicas, ou seja, as propriedades materiais das mercadorias desaparecem também os diferentes trabalhos concretos que produzem esses valores-de-uso. Assim, reduzem-se todos os trabalhos a trabalhos humanos abstratos. Portanto, o que iguala valores-de-uso diferentes é o valor, ou seja, a quantidade trabalho humano materializado.

“Nada deles resta, a não ser a objetividade impalpável, a massa pura e simples do trabalho humano em geral, do dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma como foi dispendida. Esses produtos passam a representar apenas a força de trabalho humana gasta em sua produção, o trabalho humano que neles se armazenou. Como configuração

dessa substância social que lhes é comum. São valores, valores-mercadorias.” (MARX, 2011, p.60).

Com o conceito de trabalho abstrato, Marx explicita o caráter social do trabalho, pois a abstração do trabalho se refere a sujeitos independentes produzindo mercadorias com a finalidade única de troca no mercado, lugar onde todos os produtos são equiparados. Partindo do mesmo princípio, Marx explica que o que determina a grandeza do valor, na medida em que as mercadorias precisam ser equiparadas para fins de troca, não é a quantidade de trabalho contida em cada mercadoria, mas sim, a “quantidade de trabalho socialmente necessária ou o tempo de trabalho socialmente necessário” (MARX, 2011, p.61). Contudo, as mercadorias, ao serem subordinadas ao processo de troca, não são delas consideradas a quantidade de trabalho que cada uma individualmente possui. Novamente, se explicita o caráter social que determina o processo de troca, pois os seus tempos de trabalhos socialmente necessários são ajustados a uma média social, de acordo com um nível normal de produtividade.

Seguindo essa lógica, a grandeza do valor das mercadorias permaneceria invariável caso fosse constante a média de tempo de trabalho requerida para a sua produção. Contudo, não é isso que ocorre. A produtividade é determinada por diversas variáveis, que vão desde a destreza média dos trabalhadores até as inovações tecnológicas. (MARX, 2011). O que se busca em uma sociedade produtora de mercadorias é que haja lucro. Acontece que muitas vezes a produção não é absorvida pela demanda, e produção que não é vendida é trabalho desperdiçado. Trata-se de trabalho socialmente necessário desperdiçado. Mandel explica melhor esse fenômeno:

“Quando as mercadorias são invendáveis numa sociedade capitalista, isso quer dizer que se investiu, num ramo industrial determinado, trabalho humano que se verifica não ser trabalho socialmente necessário, isto é, em contrapartida do qual já não há poder de compra no mercado. Trabalho que não é socialmente necessário é trabalho dissipado, é trabalho que não produz valor.” (MANDEL, 1978, p. 30-31).

A questão da produtividade do trabalho para o modo de produção capitalista encontra aqui o seu eixo central, tendo em vista ser este o elemento que movimenta a economia. A busca de todas as empresas é o

super-lucro, que só é alcançado quando se produz em menos tempo, ou seja, abaixo da média social de produtividade, uma determinada mercadoria, para assim, vendê-la por um valor abaixo de mercado. Esse fenômeno só é alcançado pelas empresas com produtividade superior à média, que investem em inovações tecnológicas ou reduzem os custos com a força de trabalho. (MANDEL, 1978).

DO EQUIVALENTE GERAL À TRANSFORMAÇÃO DO DINHEIRO EM CAPITAL

O valor de uma mercadoria, ou seja, a sua quantidade de trabalho média materializada, a partir de condições históricas dadas, só pode se expressar quando comparada a outra mercadoria, de qualidade diferente, através do valor de troca: “é na troca que o valor das mercadorias se expressa.” (NETTO, 2007, p. 88). Quando ainda as trocas eram acidentais, ou seja, quando a produção mercantil ainda não era generalizada, o valor se expressava geralmente por sua forma simples: “O valor da mercadoria A expressa-se qualitativamente por meio da permutabilidade direta da mercadoria B com a mercadoria A”. (MARX, 2011, p. 82). Com a expansão e generalização dos processos de troca, o valor passa a sua forma geral, onde várias mercadorias são trocadas por uma só, onde esta última tem a função de expressar o valor de todas as demais. Dessa forma, Marx alcança o conceito de equivalente geral, que nada mais é que uma mercadoria que exprime o valor, ou seja, trabalho humano médio, operando como um facilitador da circulação de mercadorias. Além disso, quando esse equivalente geral tomou a forma de uma mercadoria com propriedades capazes de exprimir com exatidão a medida de valor pela “disseminação da troca num ato social geral” (HARVEY, 2013, p. 61), essa mesma assumiu a forma de mercadoria-dinheiro.

Marx demonstra dessa forma, que o dinheiro é produto do desenvolvimento dos processos de troca que se generalizaram e conseqüentemente, do advento da produção mercantil. O equivalente geral, pelo status social que ocupa nos processos de troca de mercadorias, esconde o caráter social do trabalho, ao obscurecer o laço entre os diversos produtores que aparentemente só se relacionam via troca das mercadorias.

“Após uma análise profunda do duplo caráter do trabalho incorporado nas mercadorias, Marx passa a examinar a forma do valor e do dinheiro. Com isso, a principal tarefa a que se entrega é a de procurar a origem da forma monetária do valor, de estudar o processo histórico do desenvolvimento da troca, começando pelos atos de troca particulares e fortuitos (“forma simples, particular ou acidental do valor”: uma quantidade determinada de uma mercadoria é trocada por uma quantidade determinada de uma outra mercadoria) para passar à forma geral do valor quando várias mercadorias diferentes são trocadas por uma só e mesma mercadoria, terminando pela forma monetária do valor (...)” (LENIN, 1980, p.28).

Para Marx, o dinheiro por si só não é capital. O dinheiro assume a forma de capital somente a partir de um nível de desenvolvimento da produção e circulação das mercadorias:

“A produção de mercadorias e comércio, forma desenvolvida da circulação de mercadorias, constituem as condições históricas que dão origem ao capital. O comércio e o mercado mundiais inauguram no século XVI a moderna história do capital.” (MARX, 2011, p. 177).

Marx destaca que, ao se desconsiderar o valor-de-uso das diferentes mercadorias em circulação, e considerar somente a sua forma monetária, o resultado final desse processo é o dinheiro, sendo este a primeira manifestação do capital. Harvey constata que na explicação de Marx ocorreu uma grande inversão de argumentos. Ele explica que no início de **O capital**, o desenvolvimento do modelo explicativo se baseia nas trocas simples, entre duas mercadorias, sob a fórmula M-M (mercadoria-mercadoria). Mais adiante, na introdução da moeda, o dinheiro ainda não é o objetivo final das trocas, a produção mercantil simples, onde o comércio era generalizado, mas a produção não, a forma simples de circulação de mercadorias era M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria). (HARVEY, 2013 e NETTO e BRAZ, 2007).

Na forma simples de circulação (M-D-M), vender para comprar, o objetivo último desse processo é a obtenção de um valor-de-uso para a satisfação de necessidades. A mercadoria é o ponto de partida e o ponto de chegada nessa circulação. Nesse processo, não ocorre a transformação do dinheiro em capital. Com a inversão desse processo, de M-D-M para D-M-D (dinheiro-mercadoria-dinheiro), onde o dinheiro é o objetivo final da troca e o valor-de-troca é o motivo que impulsiona esse processo, ou seja,

comprar para vender, o dinheiro valoriza-se e o movimento transforma-o em capital. Marx ressalta que o D do início já não é o mesmo do final, pois é durante o circuito que D é acrescido de uma mais-valia, ou seja, um valor é agregado à mercadoria:

“A forma completa desse processo é, por isso, D-M-D', em que $D'=D+\Delta$, isto é, igual à soma de dinheiro originalmente adiantada mais um acréscimo. A esse acréscimo ou o excedente sobre o valor primitivo chamo de mais-valia (valor-excedente).” (MARX, 2011, p.181).

É aqui que Marx se distancia novamente da economia clássica ao trazer à tona o conceito de mais-valia. Não é simplesmente através da circulação, na troca das mercadorias, que se gera valor. Este, sob a forma dinheiro ou sob a forma mercadoria, precisa sair da circulação para valoriza-se. Comprar para vender mais caro é um caso particular do capital mercantil, contudo no capital industrial, é na produção, no intervalo entre a compra e a venda, que se valoriza o capital e se obtém a mais-valia. “A formação da mais-valia e, portanto, a transformação do dinheiro em capital não pode, por conseguinte, ser explicada por vender o vendedor as mercadorias acima do valor nem por compra-las o comprador abaixo do valor.” (MARX, 2011, p.191). Aqui Marx volta a sua descoberta anterior, de que a força de trabalho é a única capaz de criar valor, ou seja, a única mercadoria disponível no mercado capaz de crescer valor através do trabalho.

O possuidor do dinheiro e dos meios de produção compra a força de trabalho pelo seu valor, nesse caso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção e reprodução do operário e sua família. Com isso, esse que possui o dinheiro tem o direito de consumir o valor-de-uso da força de trabalho por um determinado período. Parte do que foi produzido nesse período destina-se ao pagamento pela força de trabalho, o mínimo suficiente para o sustento do trabalhador, a outra parte destina-se exclusivamente ao capitalista na forma de mais-valia.

Esse processo somente ocorre porque há de lados opostos duas classes disponíveis no mercado: uma possuidora de dinheiro e meios de produção e outra que possui apenas a sua força de trabalho. Não está na natureza a origem dessas duas classes, nem mesmo trata-se de uma relação social comum a todos os períodos históricos. Esta oposição, entre capitalistas

e operários, é resultado de um processo histórico anterior ao capitalismo, produto da dissolução de antigas formações econômicas. Lênin apresenta um detalhamento sobre as condições históricas necessárias ao aparecimento do capital na citação que segue:

“O aparecimento do capital implica condições históricas prévias: 1) a acumulação de uma certa soma de dinheiro nas mãos de particulares, num estágio já relativamente elevado da produção mercantil; 2) a existência de operários “livres” sob dois pontos de vista: livres de qualquer coação e de qualquer restrição quanto à venda da sua força de trabalho, e livres porque despojados de terra e sem meios de produção em geral, de operários sem patrões, de operários-“proletários” que só podem subsistir vendendo a sua força de trabalho.” (LÊNIN, 1980, p. 30).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o exposto, esse artigo tratou de citar e apresentar brevemente alguma das descobertas de Marx. Marcou, sobretudo, que sua obra revolucionou o pensamento econômico. Não buscou, é certo, descrever a economia que teria uma sociedade nova, capaz de superar as contradições do modo de produção capitalista. Sua obra foi uma crítica, não a apresentação de um novo sistema. Apontou as contradições existentes, assim como os desdobramentos lógicos e históricos das contradições do modo de produção capitalista. Isso somente poderia ser feito através de uma crítica da economia política clássica, já que, embora estes economistas, principalmente Smith e Ricardo, tenham feito um esforço científico - e neste esforço apontado uma série de determinações do modo de produção capitalista- suas posições, seus olhares, eram de quem estavam pela manutenção deste sistema. E esta posição dificultava que eles não fugissem das contradições que Marx, com sua nova posição de classe, favorável aos trabalhadores, e interessado na destruição do sistema, tinha melhores condições de perceber.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTINHO, Maurício Chalfin. *Marx: notas sobre a teoria do capital*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

ENGELS, Friedrich. *Historia, Economía, Crítica Social, Filosofía, Cartas*. Selección de textos e introducciones de W. O. Henderson. Barcelona: Ediciones Península, 1969.

HARVEY, David. *Para Entender o Capital*. Livro I. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

LEFEBVRE, Henri. *Para Compreender o Pensamento de Karl Marx*. Edições 70. Leitura da Política. São Paulo: 1966.

LÊNIN, Vladimir. *O Que é Marxismo?* Editora Movimento. Porto Alegre: 1980.

MANDEL, Ernest. *Iniciação à Teoria Econômica Marxista*. Lisboa: Editora Antídoto, 1978.

_____. *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação de O Capital*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

MARX, Karl. *O Capital: a crítica da economia política*. Livro I. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

_____. *Contribuição à Crítica a Economia Política*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

_____. *Manuscritos Económico-Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. *Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da Miséria, do Sr. Proudhon*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1982.

_____. *Teses contra Feuerbach*. Os Pensadores. São Paulo: Editora Victor Civita, 1978.

MEHRING, Franz. *Karl Marx: a história de sua vida*. São Paulo: Editora Sundermann, 2013.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Editora Cortez, 2007.